

Uma nova era na política brasileira?

Bernardo Sorj

26 de junho de 2013

Explosões sociais não são previsíveis. Menos ainda no Brasil, onde dez anos de governo do PT — que antes de chegar ao poder era o principal canal de mobilização de massas —, neutralizaram a disposição ao protesto de rua das organizações sindicais, da sociedade civil, dos movimentos sociais e grêmios estudantis. A capacidade de cooptação do PT foi extremamente eficiente, e os grupos que ela não atingia pareciam ter caído na apatia política, em parte pela incapacidade das oposições em mobilizá-las. O PT completou o ciclo de desmobilização iniciado no governo FHC, onde a falta de bases organizadas de sustentação social e a preocupação do presidente de não se associar a uma postura populista, levaram à hegemonia do discurso tecnocrático. A desmobilização gerou apatia e descrença na política, mas não eliminou a insatisfação de uma cidadania. A melhoria das condições de vida significou igualmente novas expectativas de gastos e pressões no orçamento familiar, pessoas mais informadas e insatisfeitas com a transferência de impostos a um estado que os devolve à população com serviços públicos de baixa qualidade e envolvidos em superfaturamentos e escândalos de corrupção.

Incapazes de prever nos resta interpretar os acontecimentos, e a primeira constatação é que pese a importância que muitos analistas têm dado ao papel das redes sociais. A ação política, aquela com consequências decisivas sobre os rumos da história, continua sendo presencial e não virtual, ela é decisiva quando tomamos as ruas e não quando clicamos nos nossos quartos na frente à tela do computador.

Certamente os novos sistemas de comunicação são mais rápidos e eficientes que o texto mimeografado utilizado pelos estudantes nos anos sessenta, o folheto tipografado pelos revolucionários dos séculos passados, ou a pichação de paredes ou textos manuscritos pregados em praças públicas antes da invenção da imprensa. Os novos meios de comunicação disseminam a informação em tempo real e em forma viral, facilitando intercâmbio de mensagens e a organização de concentrações.

No contexto brasileiro, onde a apatia política tinha tomado conta da sociedade, as novas tecnologias passaram a ser particularmente relevantes por causa da incapacidade ou falta de vontade dos partidos políticos, sindicatos e grêmios estudantis de mobilizar a população no espaço público. O que antes era possível e normal sem as redes virtuais

hoje só parece viável graças às novas tecnologias. Mas o novo hoje no Brasil é o povo na rua e não o uso da Internet. Lembremos que ela foi utilizada recentemente no abaixo-assinado pedindo que Renan Calheiros não assuma a presidência do Senado, e mais de 1,5 milhões de assinaturas nada mudaram.

O característico das manifestações que o Brasil está vivendo, assim como em outros lugares do planeta, é a confluência de novos meios de comunicação extremamente eficazes com instituições políticas incapazes de dar respostas à insatisfação de diversos segmentos da população. Esta confluência possui outra afinidade eletiva: as mensagens curtas dos SMS e das redes sociais são as mais adequadas para criar sinergias entre indivíduos que não possuem nem estão à procura de discursos ideológicos, algo que os marqueteiros políticos já tinham entendido.

Sem negar as funcionalidades dos novos meios de comunicação, as razões pelas quais as pessoas decidem exprimir insatisfação e anseios de mudança devem ser procuradas em mentes e corações e não nas máquinas. O que aconteceu? A primeira questão que se coloca é quando? Certamente não foi o aumento do preço do ônibus em São Paulo que deflagrou um movimento nacional. Que tenha sido no início da Copa das Confederações possivelmente não foi casual. A Copa apareceu para os cidadãos não como sendo o rosto de um país que afirma uma imagem de sucesso nacional, mas como a face de obras públicas caras e superfaturadas. Como me disse um manifestante na minha precária pesquisa de campo: “Se for para roubar, pelo menos que construam hospitais”. A ela se agregou a indignação com a PEC 37, considerada pela população como uma agressão do Congresso a um poder que está do lado dos cidadãos na luta contra a corrupção e a impunidade e, *last but not least*, a proposta de Marco Feliciano, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que permite o tratamento da homossexualidade como doença.

A questão central é quem foi nas ruas. No novo cenário social brasileiro surgiram camadas que não estão ligadas à malha institucional controlada pelo PT, as chamadas novas classes médias. Trata-se de setores que se expandiram com o crescimento econômico e passaram a integrar as expectativas da sociedade de consumo e de que seus filhos acedam à educação universitária, e que, quando possível, tentam fugir do sistema público de saúde e educação, de baixa qualidade. A diversificação dos gastos se traduziu num endividamento crescente, facilitado pelos mais variados sistemas de crédito.

A nova classe média foi amplamente festejada por economistas e pelos meios de comunicação, que enfatizaram o incremento do ingresso monetário, esquecendo do cotidiano dessas pessoas, inclusive que uma parte da mesma mora em residências que não têm serviços de esgoto ou de recolhimento de lixo, e que os custos mensais de manutenção de telefone celular, Internet, carro, e juros esvaziam o ingresso familiar no início de mês, mais ainda quando possuem filhos estudando no ensino privado ou pagam seguro saúde.

Não era claro como este novo setor se expressaria politicamente, porque aparentemente se tratava de um grupo apático e descrente da política. O porquê desta atitude era explicado pelos analistas por uma variedade de razões. Para alguns se tratava de um grupo que ascendeu recentemente e, portanto, estava satisfeito com sua situação. Para outros, entre os quais me incluía, se tratava de um setor socialmente fragmentado e preocupado com estratégias individuais de sobrevivência.

O diagnóstico possivelmente estava certo em boa medida em relação aos pais, mas se mostrou errado em relação aos filhos. O grosso dos manifestantes são estudantes universitários que, dado o crescimento da população estudantil nas últimas décadas, pertencem em boa parte a famílias de classe média que ascenderam recentemente.

Se estes setores foram fundamentais no início das manifestações, elas também mobilizaram jovens dos mais variados setores sociais com motivações e orientações políticas das mais diversas. Certamente para alguns os temas mais próximos eram a baixa qualidade dos serviços de transporte e de saúde pública que utilizam, enquanto para outros, de origem social mais acomodada, o mal-estar se concentrava na corrupção e na impunidade dos políticos. Com a disponibilidade e a força de corações e mentes ainda não domesticadas por responsabilidades familiares e/ou laborais, os jovens saíram às ruas para expressar o sufoco em que vivem com suas famílias e/ou o mal-estar com os escândalos da vida política.

Contudo, reduzir as motivações dos manifestantes a seus “interesses” econômicos é não compreender a dinâmica social e os sentimentos que animam os jovens, em particular, e os cidadãos, em geral. Os valores, ainda que difusos e nem sempre claramente articulados, estavam presentes em todos aqueles que foram às ruas. Que tenha sido a bandeira do Brasil e o hino nacional o comum denominador não foi casual. Os manifestantes, nas suas diferenças, se sentiam parte de um movimento cívico, a vontade de viver num país com menos corrupção e impunidade, independentemente do partido que esteja no governo. Entre os jovens manifestantes ouvi inúmeras vezes:

“Pela primeira vez me sinto brasileiro”, “Agora sinto que tenho uma pátria”. Ainda que possa ser tachado de moralizante, não podemos esquecer que o sentimento nacional e a cidadania democrática tem como fundamento a disposição a defender uma ideia de nação e de bem comum, e era isso que os manifestantes estavam expressando.

O nacionalismo brasileiro, o orgulho nacional, passa fundamentalmente pela identificação com expressões da sociedade, como os esportes e as artes, enquanto a organização social e política produz sentimentos negativos. Este abismo foi encurtado, e até certo ponto atravessado, pelos manifestantes, que exigiam instituições públicas e um sistema político com os quais possam se identificar.

Depois de vinte anos de silêncio a juventude redescobre o *happening* político, o sentimento prazeroso e, no momento atual, sem deslizar em ideologias onnipotentes e totalitárias, de ser parte de uma ação coletiva de participação que gera o sentimento de empoderamento, que suspende por um momento as preocupações individuais. Certamente é diferente das de outros tempos onde as ideologias ocupavam um papel importante e os objetivos eram, ou nos pareciam, claros.

Grande parte dos manifestantes não era nem pró-governo nem pró-oposição. O que eles queriam é um país melhor e desconfiam do sistema político e dos políticos, associados à corrupção e à impunidade. Exigir dos manifestantes que tenham uma pauta clara, e por não tê-la desqualificá-los como românticos, bobocas ou incapazes de entender que não existe vida social sem instituições, é não compreender que eles não poderiam ser diferentes, pois eles são do jeito que são por causa do problema que os levou às ruas: a crise das instituições capacitadas para elaborar agendas de governo. E estas instituições são em primeiro lugar os partidos políticos, mas também inclui sindicatos e organizações formais da sociedade civil.

As manifestações foram políticas no sentido mais fundamental, expressaram uma vontade cívica, que permeia, certamente de forma desigual, todos os setores da população. O extraordinário do acontecido é que, apesar de atos de vandalismo, as manifestações não expressam uma minoria de ativistas radicais frente a uma maioria silenciosa conservadora e contrária a eles; pelo contrario, apesar da insegurança gerada, a maioria silenciosa se identificou com os manifestantes.

Não ter uma plataforma programática, portanto, é natural, o que não significa que não implique em riscos. O principal, pelo menos no caso brasileiro, não é que eles sejam manipulados por forças extremistas, mas que eles alimentem uma cultura da

vitimização, que a forma de comunicação da Internet, parece ser particularmente propícia. O sentimento de vítima é legítimo, mas só é produtivo como um primeiro momento para passar a um sentimento de responsabilização, que entende que um país melhor exige que todos os cidadãos, inclusive aqueles que se sentem vítimas, assumam um papel ativo de mudança de uma cultura política que se mostra presente, de uma forma ou de outra, nas atitudes cotidianas de todos os cidadãos. A mudança social começa quando compreendemos que os “culpáveis” nunca são totalmente os “outros”, pois cada um, em escala diferente, inclusive no momento do voto, reproduz a cultura política brasileira que deseja mudar.

O fim de uma era?

A democracia brasileira se “normalizou”, pode-se esperar que cidadãos insatisfeitos saiam na rua. O que mudou no Brasil é pouco e é muito: os políticos, os funcionários públicos, mas também alguns empresários ligados ao sistema, não podem mais contar com a apatia do povo para continuar operando o sistema. Certamente os diferentes grupos políticos procuraram se apropriar dos acontecimentos, gerando narrativas variadas e até elaborando teorias conspiratórias frente a uma realidade que foge dos esquemas estabelecidos.

Para ganhar eleições será preciso que os partidos políticos decifrem e traduzam em propostas, ou pelo menos promessas, as demandas que apareceram nas ruas. A nova disposição dos cidadãos aumentará a incerteza do panorama político-eleitoral. Tanto o governo quanto a oposição foram tomados por surpresa, e os políticos farão seus cálculos de que anéis entregar para não perder os dedos.

Todos os partidos políticos foram afetados e, em particular, aqueles que se encontram no poder, pois são os que têm mais a perder. O partido mais afetado (pois boa parte dos aliados sempre tem a possibilidade de bandear de lado), o PT, terá que conviver com o desafio de renovar o discurso ufanista do “Brasil mudou” da era Lula. Mas tem a seu favor os instrumentos do poder que lhe dão maior capacidade de tomar a iniciativa e podem contar com a inoperância e a incompetência até hoje mostrada pela oposição para tomar a iniciativa.

Para a oposição o desafio é maior, o de traduzir o mal-estar social numa proposta política suficientemente convincente que, se certamente não eliminará a desconfiança da população, pelo menos gere a esperança de que políticos são capazes de traçar o

caminho para um Brasil melhor. Mas ambos estarão equivocados se pretendem reduzir o mal-estar social numa questão de “mais recursos” para políticas públicas. Se mais recursos podem ajudar o que está em jogo não são políticas, mas a política, transformações institucionais que limitem a corrupção, o desperdício, a negociata de votos parlamentares e a impunidade. Tarefa difícil, quando os que terão que fazer a mudança, o Poder Executivo e o Congresso Nacional, são os mais interessados no estado atual das coisas.